

1. Introdução

Este relatório contém algumas reflexões sobre gênero e jornada de trabalho no âmbito do coletivo de gênero nos assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema. Foram objetos de investigação os Projetos de Assentamentos Rodeio, Florestan Fernandes e Água Limpa, todos sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Está em foco a participação da mulher no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a complexa trama de relações que qualificam e redimensionam a tripla jornada de trabalho realizada pelas mulheres nos assentamentos, como um componente das relações sociais no capitalismo. Trabalham nas lides domésticas, contribuem no orçamento familiar com sua participação, nas colheitas e quando ingressam na militância lhe é *reservada* uma terceira jornada.

Considerando a escassez documental sobre gênero nos assentamentos de Reforma Agrária do Pontal, trabalharemos também com dados obtidos a partir das entrevistas realizadas junto ao coletivo do gênero do Grupo Técnico de Campo de Presidente Bernardes, que compõe a regional X ou micro III[1].

2. Conceito de Gênero

O conceito de gênero que adotamos tem por objetivo explicar as relações entre mulheres e homens, dentro do processo social. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicação teórica sobre a opressão das mulheres. Isto é, o ser mulher e o ser homem são entendidos como uma construção social, e é a partir desse referencial que se estabelece o que é o feminino ou masculino e os papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, uma palavra emprestada da gramática, foi escolhido para diferenciar sexo biológico de construção social do ser masculino e do ser feminino (Nobre e Silva; 1998 p. 28).

De acordo com COMBES (1987), no seio de toda formação social coexistem umas produções sociais de bens em uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionada uma à outra. Em outras palavras, pode-se atribuir a primeira o nome de produção e a segunda o de reprodução.

Curiosamente, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, historicamente é o inverso que ocorre, ou seja, as modalidades da produção, tais como produção, circulação e consumo que estão subordinados ao processo social capitalista, e não a satisfação das pessoas e na busca da vida cheia de sentido, ou a emancipação da sociedade do jugo do capital.

Partindo do pressuposto de que gênero é uma construção social, podemos notar que mesmo as tentativas mais remotas de emancipação da mulher foram reprimidas pela sociedade, com seus conceitos e tabus. Contudo, a indignação à inércia, tem levado a inclusão da mulher em áreas outrora ocupadas somente pelos homens. A mulher possui diferenças biológicas que são utilizadas para justificar atitudes completamente desiguais e opressoras, alheias à natureza da mulher. Exemplo, a maternidade e a obrigação de cuidados com os filhos é atribuída somente à mulher; isso não é natural e nem explica as diferenças biológicas. Para a participação massiva das mulheres na estruturação e organização dos assentamentos, se faz necessário a compreensão dos homens para

atenuar o desgaste da mulher com a tripla jornada de trabalho. Pois dessa forma, o coletivo de gênero teria representatividades nas discussões o que, juntamente com os homens, e assim efetivar projetos a serem implantados nos assentamentos de Reforma Agrária.

3. O Processo de Formação de Gênero no MST

Existe ampla discussão sobre a necessidade de elevar o nível de participação das mulheres na luta pela Reforma Agrária e a construção da sociedade igualitária. Mas até então, tudo tem girado em torno de discussões sem grandes avanços nos Projetos de Assentamentos (PA's) Rodeio, Água Limpa e Florestan Fernandes.

- Em junho de 1996, o Coletivo Nacional de Gênero do MST, lançou uma cartilha referente ao Encontro Nacional de Mulheres Militantes, no qual detectaram problemas e foram propostos alguns desafios para o ingresso do assunto gênero nas instâncias do MST. Criou-se então, algumas normas básicas que possibilitem maior participação das mulheres. Essas normas sugerem que o MST deve:

- Estimular a participação da mulher em todos os níveis de atuação nas instâncias de poder e representatividade;
- Combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo que impede a igualdade de direitos e condições;
- Estimular comissões de mulheres nos acampamentos e assentamentos para discutir problemas específicos de gênero;
- Estimular a participação do MST nos outros movimentos de mulheres;

Sugere ainda que o MST forme uma equipe em nível nacional para:

- Pensar, propor, planejar as políticas específicas e apresentar à Direção Nacional (DN) e à Comissão Nacional (CN);
- A comissão será indicada pela DN como organismo específico e deverá elaborar materiais, publicações, páginas do Jornal Sem Terra, etc;
- Assessorar e fornecer subsídios para orientar o trabalho específico com mulheres. (capítulo VIII, itens 51-54);

A organização do MST possui também um documento básico de 1993, (Cartilha Coletivo Nacional de Gênero[2]) que em seus artigos aponta o seguinte:

“Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”. (Artigo 45)[3].

“Garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e, sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também, combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. (Artigo 152)[4].

Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se as atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho, não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento para si e para seus filhos[5].

Acrescido a isso, tem-se a atribuição generalizada de preconceitos e discriminações através da prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior”. (Programa

Agrário, 1995: ponto 7, p.16). Em contrapartida, os objetivos gerais do MST (ponto 6), enfatizam a necessidade de combater todas as formas de discriminação social de buscar a participação igualitária da mulher.

Diante do exposto é notável a preocupação do MST para mudar a situação de acomodação que se encontra a questão de gênero nos PA's. Tendo em vista, que no Pontal, como também nas demais regionais do Estado de São Paulo, existe o Coletivo de Gênero Regional, mas ainda com pouca representatividade.

A mulher nos acampamentos e assentamentos tem 50% de responsabilidade pelo avanço da organização política e da estruturação e viabilização da produção. "... no acampamento, os próprios homens admitiam que mais de 50% da conquista da terra se devia a participação das mulheres." (Rua & Abramovay, 2000: 254). São elas que sempre estão à frente de grande parte das movimentações nos assentamentos e acampamentos".

Nos acampamentos, implica que todos exerçam alguma função. Cabe às mulheres, além do trabalho reprodutivo, tarefas consideradas como 'femininas', ligadas à saúde, educação e infraestrutura, como por exemplo, coordenadoria da merenda, da Pastoral, da higiene, da escola, etc.

Em alguns relatos aparecem mulheres em cargos de "direção" dos acampamentos. Há casos em que encontra-se a presença feminina ativa em mobilizações com participação em confrontos armados[6]. "Elas aparecem lutando de forma igualitária, estão presentes nos saques, nas mobilizações, sofrem a repressão policial tanto quanto os homens e, ainda servem como um importante elemento estratégico na ocupação". (Rua & Abramovay; 2000: 258).

Alguns assentados relatam que o MST tem como política, a participação de toda a família e, precisamente a presença feminina, pois esta faz com que haja maior legitimidade, e assim não pareça "coisa de baderneiro".

A participação feminina também é crucial para a estratégia de aumentar o custo da repressão e evitar a violência. Os assentados, em suas lembranças, têm registrado a atuação de mulheres e crianças, não somente em confronto com a polícia, mas também, em confrontos com os jagunços dos fazendeiros. O fato mais enfatizado foi o ocorrido na Fazenda Santa Rita do Pontal em 1.996, quando, crianças atravessaram as cercas oferecendo cestas com flores aos jagunços armados. Uma atitude que despertou a atenção não somente do povo Teodorensense, como também, de toda mídia nacional e internacional para a conflitante questão da terra no Pontal do Paranapanema.

Todavia, as mulheres aparecem como figuras proeminentes, que ajudam na mobilização e incentivam a luta. As mulheres possuem algo inato, que com certeza, contribui para o bom andamento de objetivos, que, é a sensibilidade. Sensibilidade, feminilidade, não deve ser interpretado como sinônimo de inferioridade.

A mulher não deve ser considerada um "capacho" e viver oprimida pelo homem. Em contrapartida, não é superior para subjugar os homens inferiores. Ela precisa ser vista como adjuntora e estar ao lado do homem para que juntos avancem para mudar a sociedade para se emanciparem enquanto classe social do jugo burguês.

"A libertação da humanidade só será possível com a libertação completa da mulher". Essa assertiva nos indica que a questão de gênero converte-se em um componente de teoria e prática de lutas em prol da liberdade da classe trabalhadora. O autor conclui de forma enfática que "a libertação da mulher é uma necessidade histórica, garantia de sua continuidade, condições de seu triunfo" (Bebel; 1998, p. 48).

Muito se fala sobre a organização de gênero nos assentamentos Rodeio, Água Limpa e Florestan Fernandes, mas são desconhecidos os resultados, pois são vários os fatores que dificultam a amplificação da discussão sobre gênero nestes assentamentos:

- Transformação dos objetivos após a conquista da terra, comodismo, ou seja, troca de objetivos coletivos pelos individuais.
- Opressão doméstica e cuidados com a prole.
- A mulher tem que corresponder a padrões pré-estabelecidos, isto é, ao modelo de sociedade definidos por outrem.
- Um grande número de mulheres assentadas não estão suficientemente esclarecidas de sua importância nas instâncias de gênero.
- Submissão e opressão desferidas por seus companheiros.
- Carência de mecanismos internos nos assentamentos para que as mulheres possam participar integralmente. Sugerimos a instalação de cirandas infantis nos assentamentos.
- Existência de mais de uma associação nos PA's. Devido à clivagem política e ideológica ou desavenças internas, os assentamentos possuem mais de uma associação, ligada ao MST, prefeituras ou vinculado a casa da agricultura.
- Dificuldade de falar em público, dificuldade de ser ouvida.
- Medo e discriminação.
- Por conta dos horários inadequados, ou seja, várias atividades e reuniões são realizadas pela manhã ou ao final da tarde, tem impedido que as mulheres participem, pois estão ocupadas com seus trabalhos domésticos.

Para aquelas que abraçam a causa de estruturação e organização do PA é atribuído uma sobrecarga com a tripla jornada de trabalho. Isto é, trabalha na organização da casa para sobrevivência da família, com os afazeres domésticos; trabalha na produção e organização do lote ao lado de seu companheiro (ou não); e a terceira jornada é a de mulher militante.

Podemos ver o desejo de mudança estampado nos rostos de mulheres que participaram dos encontros de mulheres assentadas. A partir desses encontros, observa-se que elas começaram a ver que têm um papel na sociedade não somente de reprodutoras de filhos, mas também reprodutoras de valores, e que podem, por intermédio da união, mostrar a sociedade que também são produtoras.

4. Conjuntura e Formação Política

A formação da mulher deve começar com esclarecimento político-ideológico. É nesse desígnio que o MST tem trabalhado atualmente.

Há uma preocupação do MST, com a realização dos encontros de mulheres organizados pelo ITESP. O MST não teve participação na preparação das pautas que foram preestabelecidas pelo ITESP, e afirma que foi um encontro de cooptação de pessoas.

Segundo alguns militantes, a comissão foi ‘‘atropelada’’ pelo ITESP, não havendo a possibilidade de inserir determinados assuntos na pauta, e pretextando enfatizar várias questões importantes para os assentados.

No dia 8 de julho de 2000, ocorreu uma reunião entre coletivo regional de gênero e alguns integrantes da direção regional do MST. A mesma foi realizada na secretaria do MST em Teodoro Sampaio, e teve como pauta vários pontos, sendo, o mais importante deles, o curso de formação de militante, que tem como principal meta a busca de meios para neutralizar o modelo político ideológico hegemônico pelas classes dominantes.

Segundo José Rainha Júnior e Gilmar Mauro - militantes e dirigentes do MST - o curso de formação tem se mostrado muito proveitoso na Bahia, e em outros Estados, o que os motivou a defender a inclusão dos mesmos na agenda de trabalho dos coletivos de gênero, no Pontal do Paranapanema, especialmente pelas coincidências em relação aos aspectos sociais. Constataram também, que há grande repercussão do curso de formação de militante, principalmente, entre os jovens de 13 a 35 anos, e que os jovens entre 17 e 25 anos, em sua maioria, são acampados.

Esse curso divide o Estado em brigadas. No Estado de São Paulo foram formadas 10, sendo que o Pontal do Paranapanema é composta por 72 pessoas, que também se subdivide em 10 pequenas brigadas.

Vale destacar os principais objetivos do curso de formação de militantes:

- Escolarização: muitos são os militantes pré-alfabetizados, havendo então, a necessidade de concluírem o ensino fundamental e médio;
- Politização: desses cursos saem os futuros dirigentes do MST;
- Neutralização: busca de meios para neutralizar a ideologia individualista, utilizada por órgãos de direita nos PA's;
- Trabalhar a auto-estima: enfatizar que a posição de excluídos não pode, e não deve tornar-se permanente;

O curso é composto de 10 setores de infra-estrutura que favorece condições adequadas para sua realização:

1. Setor de alimentação
2. Setor de produção
3. Setor de disciplina
4. Setor de formação
5. Setor de educação
6. Setor de saúde
7. Setor de mística
8. Setor de cultura
9. Setor de limpeza e embelezamento
10. Setor de comunicação e secretaria

Participam desse curso 72 pessoas, das quais 12 são mulheres, sendo 3 casadas.

5. Considerações Finais

As distribuições das ocupações de homens e mulheres são similares ao estereótipo clássico, no que se relaciona à divisão de tarefas entre as do lar e as da produção. Isto é, os pais/filhos nas atividades agropecuárias, e as mães/filhas nas lides domésticas...’’ (Rua & Abramovay; 2000: 158).

O trabalho feminino é definido como um “jeito de ser mulher”, sempre enveredado com as lides domésticas e como estas não se expressam em relação monetária, são esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. (Sarti, 1997: 160).

Contudo, OLIVEIRA & ARIZA (1997), colocam que a divisão sexual do trabalho traz implicações para a conformação da desigualdade de gênero nos diversos âmbitos sociais, entre eles a posição entre o trabalho doméstico que por sua vez, repercute sobre os modos de inserção no mercado de trabalho, com a mulher exercendo funções reconhecidas como femininas e que são também as menos renumeradas.

O coletivo de gênero regional questiona o porquê da pequena participação das mulheres no curso de militantes. A resposta a esse questionamento acredita-se estar relacionada a questão cultural. O homem tem mais liberdade que a mulher. A influência dos pais sobre a educação das filhas, alicerçada em tabus e conceitos conservadores, restringindo sua liberdade. São esses mesmos conceitos conservadores, que impossibilitam sua participação, principalmente, as mães.

O papel do gênero nesse curso é diagnosticar os problemas e procurar viabilizar elementos que reforcem a presença da mulher.

É um fator iminente, a necessidade de formação para elevar a capacitação do coletivo de gênero, a um patamar de compreensão fundamentado na consciência de classe. Nesse sentido, comenta-se sobre a possibilidade de, paralelamente, ao curso, a realização de curso de formação somente para mulheres, com o objetivo de elevar quantitativa e qualitativamente as instâncias de gênero.

“O trabalho doméstico é importante parcela da produção socialmente necessária. Entretanto numa sociedade onde a base é a produção de mercadorias, ele não é considerado trabalho na verdadeira acepção da palavra, pois está fora da esfera da remuneração”. (Rossini, 1998 :23).

Na agricultura, nos Projetos de Assentamentos, o papel da mulher não é diferente. Além de ser vítima de opressão doméstica, e dos afazeres domésticos, de maneira geral, a mulher, também é, responsável pela subsistência da família, ao lidar no cultivo de verduras, pequenos animais e de uma série de alimentos que não são contabilizados na produção agrícola da família, ou seja, não é considerado, efetivamente, o trabalho produzido pela mulher no orçamento familiar. São estas mesmas mulheres que vão para as colheitas, para garantir, juntamente com a prole, os pagamentos dos débitos e melhorias nos lotes.

Nos assentamentos Água limpa, Florestan Fernandes e Rodeio, a colheita é realizada em grande parte pelo sistema de mutirão, no qual famílias trocam diárias de trabalho com o intuito de não terem despesas com mão-de-obra. Destaca-se o fato de que o trabalho da mulher é secundário, anônimo, porém, imprescindível.

“(...) a mulher foi arrancada de casa para o mercado de trabalho para somar na manutenção da família, promovendo a desestabilização do homem na manutenção da família sem que fosse repartida ou retirado da mulher o trabalho doméstico’’. (Rossini, 1998:8).

No término de um dia cansativo de colheita, a família retorna a sua casa, sendo que os homens vão para o banho e descansar, enquanto a jornada da mulher continua. Tem ela a preocupação dos afazeres da casa, como o preparo do jantar e os cuidados com a prole.

Não havendo a redivisão do trabalho da mulher, a tripla jornada de trabalho será uma constante, nos casos em que ingressam na militância.

Há necessidade de se organizar, mas há também necessidade de conscientização dos homens para contribuir nesta organização.

Enquanto homens e mulheres não compreendem que são ambos dependentes e dominados pelo metabolismo do capital, dificilmente haverá uma formação de militância homogênea que levará a construção de uma sociedade igualitária, livre, democrática, emancipada e fraterna[7].

6. Bibliografia

BEBEL, A. **A questão de gênero**. Cartilha do Coletivo Nacional de Gênero do MST. São Paulo: MST, 1998, p. 48.

CARVALHAL, M. D. & THOMAZ JÚNIOR, A. “A comunicação sindical frente à ofensiva neoliberal”. **Geografia em Atos**, n1, v.1, Departamento de Geografia/FCT. Presidente Prudente, 1998.

COMBES, D. *Produção e reprodução, relações sociais de sexos e de classes*. In: COMBES, D. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 24-25.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1999.

LIMA, E. C. *As diferentes frentes de luta pela terra e a reforma agrária no Pontal do Paranapanema*. **Caderno de Resumos do XII Encontro Nacional de Geógrafos**, realizado no período de 16 a 23 de julho de 2000, na UFSC, Florianópolis, 2000.

MARX, K & ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Moraes LTDA, 1987.

NOBRE, P. S. M. **O que é ser mulher**. Cartilha do Coletivo Nacional de Gênero do MST. São Paulo: MST, 1998, p. 28.

OLIVEIRA, O & ARIZA, M. “*División sexual del trabajo y exclusión social*”. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho, Ano 3,n5, 1997, p.183-202.

RIBAS, A. D. *MST: Cooperativização e (re)organização político-territorial dos assentamentos. O caso da COCAMP*. **Caderno de Resumos do II Fórum de Ciências da FCT**. Presidente Prudente, 2000.

RIBEIRO, J. C. & THOMAZ JÚNIOR, A. *Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social*. **Revista Paranaense de Geografia**, (Número Especial). Curitiba, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2001 (no prelo).

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese livre-docência. São Paulo: FFL/USP, 1988.

RUA, G. M. & ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panelas?”**. Brasília: Unesco, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Território em transe**. *Anais do Seminário Internacional “Perspectivas de Desarrollo en Iberoamerica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

_____. **A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho**. In: *O Pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*. AGB/Bauru, Bauru, 2000.

_____. **“Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical, diante da reestruturação produtiva do capital”**. - *Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.
<http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>

_____. **“Território em transe”**. In: Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica, 1999, Santiago de Compostela (Espanha). *Actas*. Santiago de Compostela: Departamento de Geografia/Universidade de Santiago de Compostela, 1999. p.97-122.

_____. **“Desenho Societal dos Sem-Terras no Brasil, 500 Anos Depois”**. *Revista Reforma Agrária*, V.29, N.3, set/dez/99, V.30, N^{os}.1, 2 e 3, jan/dez, 2000. Campinas, 2001.

* As reflexões que aqui apresentamos transcorreram no período de março de 2000 a março de 2001, período no qual, realizamos Plano de Trabalho com auxílio da Bolsa PAE, sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior.

** Estudante do segundo ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/SP/Presidente Prudente e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET). *E-mail: betche_tche@zipmail.com.br*

[1] O ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), divide o Estado de São Paulo X regionais. Sendo o Pontal do Paranapanema a regional X. Porém o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), divide o Pontal do Paranapanema em micros regiões, sendo o Grupo Técnico de Presidente Bernardes, a micro III.

[2] Mais detalhes, ver: BEBEL, 1998.

[3] Idem, 1998, p. 18.

[4] Idem, p.18.

[5] Ibidem, p. 18.

[6] Informações obtidas no Caderno do Coletivo Nacional de Mulheres do MST (1998).

[7] Cf. THOMAZ JR., 2001.